

Habitat e Minorias

Processos de (des)integração de Grupos Étnicos em Lisboa e no Porto

Álvaro Pires Pereira*, Delta Sousa e Silva**,
Isabel Baptista*** e Pedro Perista****

Resumo: A relação entre o habitat e os processos de (des)integração social de minorias étnicas provenientes dos PALOP e da população cigana a residirem nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto constitui o cerne do presente artigo.

Faz-se uma breve apresentação dos eixos problemáticos que orientaram a pesquisa empírica a partir da qual se discute a relação acima referida. O artigo dá, ainda, conta de traços e tendências - sócio-demográficas, de trajectórias de emigração, de atitudes face à escola, de desempenhos económico-profissionais e de estratégias face às redes de suporte social - que ajudam a conferir identidade às minorias em presença.

A fechar destacam-se algumas das marcas reveladas pela referida pesquisa e procura-se dar um contributo que ajude a equacionar o desafio com que se confronta a sociedade portuguesa, face à crescente diversidade cultural que se consolida no seu seio.

Palavras-Chave: minorias étnicas; habitat; identidades; integração social e sistémica

Introdução

A doutrina dos Estados de Direito democrático assenta na procura da coesão social e na afirmação de direitos e deveres de cidadania a que todos, nacionais e estrangeiros, estão obrigados. O certo é que o progressivo quadro de diversidade cultural com que se confrontam, lança um sério desafio a tais pressupostos. Emerge a tensão entre os princípios de uma cidadania moderna e a crueza das realidades sociais, sobretudo quando aqueles princípios encaixam, por um lado, em diversidades culturais que questionam os princípios em que assenta tal *visão do mundo* e por outro, em desigualdades sociais e económicas que os mecanismos produtivos não conseguem ou não desejam superar.

A precariedade habitacional, de que a residência num *bairro de barracas* constitui exemplo, é a expressão mais visível de tal tensão entre os princípios da cidadania moderna e realidades sociais e inter-grupais desiguais. A promoção habitacional pública pretende, no essencial, aplacar essa precariedade, procurando a prevenção ou, até mesmo, a inversão de trajectórias de exclusão social.

* Sociólogo. GES/LNEC Contacto: apereira@lneec.pt

** Socióloga. GES/LNEC Contacto: delta@lneec.pt

*** Antropóloga. Investigadora no CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social. Contacto: cesis@mail.telepac.pt

**** Sociólogo. Investigador no CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social. Contacto: cesis@mail.telepac.pt

A questão que se coloca é a de saber até que ponto é que tais iniciativas públicas conseguem efectivamente travar ciclos viciosos de exclusão social, multifacetados quanto às suas causas, e promover maior igualização inter-grupal.

Conhecer a relação entre o *habitat*¹ e os processos de (des)integração social de minorias étnicas, provenientes dos países de língua oficial portuguesa e da população cigana, foi o propósito de uma pesquisa², de que o presente artigo é subsidiário.

O que faz de um determinado grupo étnico ou etno-nacional minoria não é tão somente a sua referência a uma *colectividade histórica* específica, mas também o facto de reproduzir uma trajectória de desvantagem económica e social face à maioria, de que a precariedade habitacional e consequente dependência dos organismos públicos para a resolução do seu problema habitacional são as expressões mais visíveis.

Tratou-se, assim, de equacionar o lugar e o peso que a dimensão *habitat* tem nos processos de integração social e sistémica³ de populações de matriz africana e cigana residentes nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, com fracas capacidades de escolha residencial e, por isso, dependentes do Estado para a melhoria das suas condições habitacionais.

O que se tem revelado preocupante é que a mudança espacial, integrada em programas de realojamento, nem sempre tem sido eficaz na quebra de ciclos de pobreza e exclusão social. São mudanças vividas pelas populações como uma promoção residencial, a qual, na prática, nem sempre se transforma numa plataforma essencial de integração social (Freitas, 1998; Guerra, 1994; Jaquier, 1990).

Suspeita-se ainda que, por vezes, parece haver uma espécie de transferência de alguns traços específicos dos bairros de habitação degradada para os de *habitação social*. O carácter de fechamento socio-espacial é um deles. Muito associado a esta tendência, está aquilo a que Peter Sommerville (1999) apelida de *encapsulamento* do conjunto de habitantes de um bairro em relação à envolvente ou de apenas alguns grupos nele residentes. Esta noção remete-nos para processos, voluntários ou involuntários, fundados na escassez ou ausência de relações entre um determinado grupo e a sociedade em geral. Dimensões como o grupo étnico ou etno-nacional podem estar na base de tais processos. Não é contudo de excluir o *encapsulamento* por via da classe social ou até mesmo da pertença/residência num determinado bairro. Na prática, todas elas podem

¹ Parâmetro que pretende congrega dois tipos de dimensões. Por um lado, dimensões que nos remetem para a componente *habitação*, no sentido restrito do termo, e respectiva avaliação da sua importância no processo de (des)integração dos sujeitos e grupos sociais alvo. E, por outro, dimensões a partir das quais é possível compreender e avaliar a influência dos contextos ecológicos inerentes à fixação residencial dos sujeitos na sua trajectória de (des)integração.

² Realizada pelo LNEC/GES e pelo CESIS para o Instituto Nacional de Habitação. A referida pesquisa foi da responsabilidade dos signatários, de Margarida Rebelo, Ana Cardoso, Sofia Rasgado e, numa primeira fase, de Mafalda Sousa.

³ No sentido de interacção com outros sistemas e grupos sociais (Giddens, 1999).

combinar-se e contribuir para a formação e reprodução de territórios e/ou *grupos encapsulados*⁴.

Mas, como mencionado anteriormente, a precariedade habitacional e a fraca capacidade de escolha residencial destes grupos é, se quisermos, o sinal mais visível de trajectórias de exclusão social multifacetadas, requerendo, por isso, uma abordagem menos sectorizada e mais abrangente do problema.

No quadro das sociedades modernas capitalistas a estrutura económica e de mercado de trabalho assumem um papel fundamental no desenho dos processos de integração/exclusão social. Nestas, aquele que não trabalha e não tem meios para ganhar dignamente a sua vida dificilmente se entende e é entendido enquanto cidadão. Neste sentido, a dignidade material do indivíduo é fundamental à sua dignidade de cidadão (Schnapper, 1998).

O mundo ocidental tem sido, nos últimos tempos, atravessado por mudanças estruturais profundas no plano económico e tecnológico, obrigando a novas reconfigurações ao nível dos mercados de trabalho nacionais. Estes foram-se deslocando do velho sector industrial para o de serviços. Os níveis de qualificação e de especialização mínimos de acesso a emprego subiram, em grande parte devido à *tecnologização* da produção e actividades em geral.

Estes novos cenários económicos e políticos afectam, em primeira instância, os grupos social e economicamente mais frágeis, entre eles as minorias etno-nacionais oriundas de países anteriormente colonizados e as minorias étnicas intra-nacionais.

A Europa ocidental afirmou-se, embora em tempos, ritmos e contextos variados, ao longo deste século, como espaço privilegiado de recepção de indivíduos e grupos provenientes de ex-colónias. Portugal não ficou alheio a tal tendência. Muitos dos que chegam, chegam numa posição de desvantagem, expressa na escassez de instrumentos que possibilitem a inserção num mercado de trabalho cada vez mais exigente em termos de níveis de escolaridade e de especialização mínimos, restando-lhes bolsas de emprego desqualificado, a que não correspondem, muitas vezes, quaisquer mecanismos de protecção social. Schnapper (1998) alicerça tal posição de desvantagem em processos de *discriminação histórica*, fundados na desigualdade de estatuto, específica das antigas sociedades coloniais, entre autóctones e colonizadores, à qual, muitas vezes, se juntam situações de *discriminação contemporânea* nas que são hoje as sociedades de acolhimento destes imigrantes. Em relação a esta última, é difícil discernir o que é que se deve à pertença étnica e o quanto decorre da dimensão *classe social* ou condição de pobre. Ambas contribuem para essa discriminação, alternadamente ou de modo combinado.

⁴ Acrescenta-se que a promover e reforçar tais fenómenos pode estar aquilo que em linguagem anglo-saxónica se apelida de síndrome *NIMBY* (*not in my backyard*). Este denomina situações de oposição por parte de grupos de uma localidade à realização de uma intervenção urbana, equipamento colectivo ou habitacional. Na origem de tal oposição nem sempre está a contestação da utilidade ou necessidade de tais equipamentos, mas antes a percepção de que tal intervenção não trará benefícios para a localidade, antes malefícios. Ascher (1998) entende que este fenómeno reflecte, por vezes, situações de individualismo levadas ao extremo, um traço específico da modernidade e que pode constituir uma ameaça à coesão social das sociedades.

Se estivermos perante sociedades despidas de uma política de imigração consequente, em que a consciencialização do seu carácter multicultural quase que só vem ao de cima quando a normalidade é sobressaltada por eventos disruptivos praticados por indivíduos de matriz étnica ou etno-nacional, os riscos das desvantagens de partida destas populações migrantes se reproduzirem no tempo são elevados.

O carácter multicultural que Portugal tem vindo a assumir nas últimas décadas funda-se na sua vertente de receptor de populações oriundas dos denominados países africanos de língua oficial portuguesa, mas não só⁵. A sua heterogeneidade cultural concretiza-se também na presença secular de grupos de etnia cigana, espalhados um pouco por todo o território. À sua condição de grupo étnico⁶, associa-se muitas vezes a de minoria. Apesar de em moldes algo diferenciados, as mudanças estruturais pressentidas no plano económico não deixaram de ter ressonância entre os grupos de etnia cigana. A globalização económica repercutiu-se nas lógicas económicas locais, reforçando uma tendência que já se vinha a fazer sentir. O pequeno e médio comércio local esmoreceu com a invasão de megacentros de abastecimento e consumo. Com ele, esmoreceram também lógicas de comércio informal, sob a forma de *feiras* ou de *comércio de rua*, as quais eram, em tempos idos, eventos importantes e com regularidade em muitas localidades. Os grupos de etnia cigana, tradicionalmente ligados ao comércio, viam nestas feiras e noutras formas de comércio informal importantes oportunidades de negócio. A perda de importância de tais lógicas teve, seguramente, impactes nas formas de sustento deste grupo étnico.

Mas, apesar de essencial, a dimensão económica e do trabalho não é, a nosso ver, a única a considerar quando o que está em causa é a compreensão das dinâmicas de (des)integração de grupos sociais oriundos de colectividades históricas específicas.

Integração implica, em poucas palavras, que haja reciprocidade e aceitação mútuas entre grupos sociais em situação de co-presença. Fundamental a tal reciprocidade é a consonância inter-individual e inter-grupal no que respeita a dimensões valorativas, normativas e culturais orientadoras da acção. Uma não-consonância pode, a seu modo, contribuir para processos de exclusão sociais de intensidade variada consoante as situações e o grupo social.

Compreender os processos de (des)integração de minorias de matriz africana e de etnia cigana passa também por uma análise das consonâncias e/ou dissonâncias de natureza cultural e identitária entre elas e o grupo maioritário. Os programas de promoção habitacional pública podem ser plataformas fundamentais de minimização de eventuais dissonâncias e de promoção de maior reciprocidade inter-grupal. Mas não o serão se, por exemplo, não contribuírem para a inversão de trajectórias de desafiliação de muitos jovens luso-africanos em situação de *enclave* entre, por um lado, o universo cultural dos pais - que já não sentem ser o deles e, por outro, o universo valorativo da sociedade onde cresceram e viveram que, ainda por cima, não os puxa para si. Tais programas não

⁵ Não sendo objecto deste trabalho, convém contudo não esquecer a presença em Portugal de populações de diversas proveniências – da Ásia, Europa de Leste, América Latina – que conferem grande actualidade e amplitude a esta dimensão.

⁶ Expressa na reprodução de sistemas normativos, de valores e modos de vida específicos, bem como na consciência de pertença a um grupo ou comunidade específica.

serão, mais uma vez, a referida plataforma fundamental se não contribuírem para aplacar a situação de *encapsulamento histórico* em que vivem as minorias de etnia cigana.

É certo que estas desenvolvem, de algum modo, trajectórias impermeáveis à mudança. Não obstante, não viverá a sociedade portuguesa numa situação de indiferença secular face à presença destes grupos no seu território, das particularidades culturais que eles encerram e do esforço de promoção de mais e melhor reciprocidade inter-grupal que tem de ser procurado, em prol da coesão social?

São estes, no essencial, os eixos problemáticos que orientaram a pesquisa atrás referida que, lembra-se, é o suporte do presente artigo. A tradução operatória de tais eixos decorreu, em parte, da análise à dimensão habitat - no gosto em relação à casa/bairro; na avaliação à qualidade do alojamento e espaços colectivos, no juízo relativo à mobilidade vivida em relação à casa e ao bairro; na influência do espaço residencial na (re)estruturação das identidades sociais e nas perspectivas de mobilidade residencial futura. Contudo a análise de outros factores revelou-se de grande importância na compreensão dos referidos processos de integração social e sistémica⁷. É o caso dos traços socio-demográficos e desempenho económico-profissionais da população-alvo, das trajectórias de emigração e da sua importância na perspectivação do futuro, do papel da escola e das estratégias face às redes de suporte social e, ainda, das trajectória identitárias⁸ empreendidas.

Para fecho desta introdução resta apenas referir que se procurará, nos pontos seguintes, apresentar sucintamente algumas das tendências encontradas⁹ e do sentido que lhe foi atribuído e, ainda, uma breve reflexão que deseja contribuir para a compreensão das dinâmicas de interacção étnica com que se confronta a sociedade portuguesa.

⁷ Convém ter presente que o artigo privilegia o modo como quem chega e pertence a um grupo étnico minoritário se vê e se pensa a si mesma, vê e avalia a sua situação residencial, o modo como percebe o outro dominante e supõe que esse outro o percebe a si e aos territórios que habita. Falta o lado de quem acolhe ou é grupo dominante - o modo como se vê e pensa a si próprio, como percebe o outro minoritário e supõe que esse outro o percebe a si - que, como se sabe, assume um papel fundamental na conquista de um percurso de ajustamento social por parte das populações-alvo do estudo.

⁸ Tidas como “organizadores” da vida pessoal e social das pessoas e dos grupos sociais. Pressupõe-se que a situação objectiva dos sujeitos perante a habitação, bem como a representação social que eles próprios possuem do seu próprio *habitat* interfere nas suas auto-imagens, acções e atitudes face ao próprio espaço de residência.

⁹ Estas tendências resultam de uma pesquisa que teve como preocupação metodológica optar por uma estratégia que possibilitasse um conhecimento tão próximo quanto possível das populações-alvo. Foram realizados 582 inquéritos por entrevista, na sua maioria gravados, com a duração média de cerca de 60 minutos, distribuídos por dezanove bairros de nove municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

População Africana e Cigana em Lisboa e no Porto: traços e tendências¹⁰

Habitat: auto avaliação e expectativas

Na análise sobre a influência do *habitat* nos processos de integração social procedeu-se a uma categorização da população-alvo, tendo em conta a pertença étnica, o tipo de habitat e a área metropolitana de residência, da qual resultou a construção de grupos de análise¹¹.

As tendências encontradas permitem destacar três situações-tipo:

- a) Africanos residentes em *bairros degradados*¹² de Lisboa.
- b) Africanos realojados de Lisboa e ciganos realojados do Porto
- c) Ciganos realojados de Lisboa

A primeira situação remete para os casos em que ainda não houve uma intervenção pública de promoção habitacional. O alojamento destes bairros é tendencialmente perspectivado como sendo mau, ressaltando os seus moradores as más condições de habitabilidade e os riscos para a saúde do próprio ou familiares que a residência num local sem uma rede de esgotos conveniente, sem água canalizada e sem sistema eficaz e quotidiano de recolha de lixo, provoca. Este descontentamento é reflectido na vontade de saída do bairro.

A situação nestes bairros encerra, contudo, diversidades que importa atender. Desde logo porque uma parte dos alojamentos não são propriamente “barracas”, mas espaços residenciais que foram sendo objecto de melhorias ao longo dos anos, provocando apego a essas residências e resistências à mudança, tanto mais que em muitas circunstâncias gozam de melhor localização e oferecem melhor funcionalidade, quando comparados com os locais de potencial realojamento. Para além de propiciar uma economia que se perde com o realojamento, para alguns ao nível das receitas¹³, mas para muitos sobretudo no aumento de despesas.

¹⁰ Os dados que se apresentam neste ponto constituem uma síntese de alguns resultados da pesquisa atrás referida (ver nota 2). Para um conhecimento mais completo do universo em estudo, dos detalhes e fundamentos das análises efectuadas, deverão ser consultados os relatórios produzidos no âmbito da referida pesquisa (ver bibliografia).

¹¹ Para efeitos de análise a população-alvo foi desagregada em quatro grupos: Africanos residentes em bairros degradados de Lisboa; Africanos residentes em bairros de realojamento de Lisboa; Ciganos residentes em bairros de realojamento de Lisboa e Ciganos residentes em bairros de realojamento do Porto. Da análise efectuada resultou uma síntese expressa nas três situações-tipo referidas no texto.

¹² Conhecidos como bairros de “barracas”.

¹³ Algo que se deve ressaltar é o facto dos *ditos* bairros de barracas serem para alguns sujeitos não só um local de residência, mas também um local de sustento individual e/ou familiar. Esta última faceta concretiza-se no exercício de actividades por conta própria (ex. ofício de serralheiro, bate-chapas, arranjo de electrodomésticos, cabeleireiro, etc) , o qual, com o realojamento, usualmente se perde. Há, para além disso, bairros de barracas que funcionam para alguns dos seus residentes como locais informais de aquisição de emprego, muito à custa das redes de inter-

Os *africanos* realojados de Lisboa e ciganos realojados do Porto sentiram o realojamento, ao nível da mudança da casa, de forma positiva, essencialmente porque significou melhores condições de habitabilidade, de higiene e conforto. Em relação aos bairros, quer nas suas dimensões físico-ambientais quer nas de natureza social, não houve adesão positiva e, dado muito relevante, esse facto dificultou os processos de integração socio-urbanística. É assim que surge um volume considerável de sujeitos que, apesar de minimamente satisfeitos com a casa, encara a sua situação residencial presente como temporária, alimentando expectativas de mobilidade residencial futura.

No que refere aos ciganos realojados na área metropolitana de Lisboa, o realojamento foi, globalmente, vivido de forma negativa. Este grupo é o que revela níveis de descontentamento mais elevados, tanto ao nível da casa e das condições de habitabilidade que ela (não) proporciona, como ao nível do bairro, apresentando os níveis mais elevados de desejo de mudança residencial. Apesar do contexto ecológico explicar grande parte deste descontentamento, lembre-se por exemplo as referências à vizinhança associada ao factor étnico¹⁴, as más acessibilidades aos centros e a escassez de equipamentos de apoio à população assumirem um peso particularmente relevante.

Vale a pena, a este propósito, referir as tendências reveladas, tanto por sujeitos ciganos como por sujeitos africanos, quanto à origem étnica dos grupos que prefeririam ter como vizinhos. Metade da população cigana escolheria, para partilhar tal proximidade, os portugueses não-ciganos e sem ascendência africana, 26% diz preferir coabitar com famílias da sua etnia e 22%, se pudesse, evitaria viver com outros ciganos. Os africanos não cabem no leque das suas preferências, antes são apontados por alguns ciganos (30%) como pessoas a evitar ter como vizinhos.

Curiosamente, há o mesmo volume de africanos (30%) a nomear os sujeitos de etnia cigana como pessoas a evitar ter como vizinhos. Os que não se posicionam deste modo ou revelam indiferença em relação à origem étnica dos vizinhos (44%)¹⁵, ou manifestam preferência por pessoas de origem africana ou portugueses não ciganos.

Saliente-se, ainda, que os níveis de descontentamento revelados são provenientes de populações sujeitas a realojamentos que contêm muito (senão tudo) do que faz um processo de realojamento um insucesso anunciado. Têm, na sua génese, estratégias apressadas de transferência das pessoas, são espaços periféricos e sem eixos eficazes de ligação aos centros¹⁶. Consequentemente, o isolamento social tende a prevalecer, bem como o sentimento, por parte de muitos indivíduos, de que o realojamento não foi mais do que um processo de relegação para a periferia.

conhecimento que se vão estabelecendo. Com o realojamento, estas perdem-se porque os moradores espalham-se por vários pontos do Município e cidade, tornando estas interações quotidianas mais difíceis.

¹⁴ Evocando-se o desagrado pela exclusividade ou predomínio cigano e a partilha territorial com africanos. A expressão “isto é conhecido por bairro de pretos e ciganos” era recorrente e sinal de desagrado.

¹⁵ Apenas 13% dos sujeitos de etnia cigana se manifesta indiferente quanto à origem étnica dos vizinhos.

¹⁶ A título de exemplo referência para duas situações paradigmáticas. Na Quinta da Fonte(Loures), vivem cerca de 4500 indivíduos, sobretudo de origem africana e cigana. A população portuguesa não-cigana/sem ascendência africana é minoritária. O Vale do Forno(Lisboa) não é tão densificado, mas alberga só população cigana, dando-lhe contornos de um verdadeiro *ghetto*.

O panorama geral nos bairros de realojamento-alvo deste estudo revela escassez de interacção e ligação com a envolvente, independentemente da sua localização mais ou menos periférica. Na origem de tal défice estão os estereótipos e representações de pendor negativo que, a propósito, daqueles espaços se vão formando e cristalizando.

De facto, de entre os bairros que se privilegiou neste estudo, não há nenhum, quer de barracas quer de realojamento, que seja socialmente percebido como um espaço residencial como outro qualquer. A todos eles se associam representações socio-espaciais de pendor negativo, mais ou menos encrustadas no imaginário social das populações, mais ou menos passíveis de diluição consoante o bairro.

Temos, pois, bairros cuja etiqueta negativa que a eles se associa funda-se quase tão somente no facto de serem *bairros sociais*, compostos por famílias que vieram de bairros de barracas. Basta este traço para que a população já fixada desconfie e ofereça resistência à aceitação destes novos residentes.

Se a normalidade tender a predominar, os receios diluem-se e a aceitação e integração destas populações concretiza-se gradualmente. Se incivildades de vária ordem¹⁷ se manifestarem ao longo do tempo o carácter de território a evitar acentua-se. O bairro passa a ser responsável por tudo o que de mau e socialmente desestabilizador ocorre na localidade. Este último cenário é aliás o que efectivamente predomina na maioria dos bairros de realojamento e de barracas abrangidos por este estudo. Estes são espaços que têm na sua história casos de marginalidade e delinquência, mesmo que poucos, são os suficientes para provocar síndromas de amplificação social e gerar sentimentos de insegurança e desconfiança para quem mora no bairro e na envolvente.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que quem vive no bairro tem consciência da ‘*etiqueta*’ negativa associada ao seu espaço de residência, havendo mesmo uma parte significativa que reconhece sentir-se afectada por ela no seu quotidiano.

Aqueles que discorreram sobre o assunto, atribuíram a ‘*má imagem*’ do bairro sobretudo a questões de droga e a marginalidades várias. Apesar de transversal a todos os grupos de análise, são fundamentalmente os africanos realojados de Lisboa e os ciganos também realojados do Porto os que mais referem este aspecto. Uns e outros culpabilizam os próprios moradores do bairro, suas atitudes e comportamentos ou seu “*mau aspecto*” pela má imagem do bairro. Há ainda um número considerável de africanos realojados que acrescenta os efeitos nefastos dos *media* principalmente no que toca ao contributo que as suas reportagens e notícias dão para a cristalização da ‘*etiqueta negativa*’ dos bairros. Bairros estes que, aos olhos de alguns destes sujeitos, só por serem de realojamento ou de barracas, ganham logo uma marca negativa.

Esta situação produz efeitos nefastos de natureza vária: contribui para uma retracção dos moradores para o espaço da casa, desmotiva-os a investir no bairro, quer em termos de

¹⁷ Recorde-se que, num cenário deste tipo, não são necessárias muitas incivildades, nem acontecimentos/situações particularmente graves, para que ocorram amplificações dos acontecimentos e dos riscos associados à residência na localidade. Em todo o caso são sinais de universos psico-sociais indicadores de trajectórias periclitantes que encerram um potencial de marginalização.

relações sociais, quer em eventuais acções de melhoria e conservação do bairro que possam surgir e contribui para a erupção dos já referidos sentimentos de insegurança. É neste quadro que devem ser percebidos os desejos de mobilidade residencial futura.

De facto, continuar a residir num bairro de realojamento é encarado, por muitos, como uma situação temporária. De entre todos os entrevistados, são os indivíduos de origem cigana e residentes em Lisboa os que mais desejo sentem de saída do bairro onde vivem (73%). Entre os demais, a tendência é para uma bipolarização entre quem anseia mobilidade e quem pretende permanecer no bairro. Note-se que o desejo de saída é transversal ao tempo de residência no bairro. Mesmo entre aqueles que vivem há menos de 5 anos no bairro, metade tem já expectativas “médias-altas” de saída.

Como referido anteriormente, querer sair decorre sobretudo de fundamentos que remetem para o contexto ecológico dos espaços de residência¹⁸. A etiqueta negativa ou má reputação do bairro é seguramente a justificação mais referida para o desejo de saída. Os sujeitos de etnia cigana realojados de Lisboa acrescentam a este factor o das más condições de habitabilidade em que sentem viver no presente.

Um cenário desta natureza comporta, pelo menos, um risco. Nos bairros em que existe alguma diversidade sócio-económica, os indivíduos ou famílias com uma situação profissional e escolar tendencialmente mais estável acabam, mais cedo ou mais tarde, por concretizar o seu desejo de mobilidade. Perde-se, assim, o eventual efeito de *‘amortecedor social’* de focos de fragilidade social que aquelas famílias poderiam vir a exercer. Acentua-se deste modo a presença de grupos e de indivíduos que se sentem *encurralados* e/ou conformados. Estes são sujeitos que, não reunindo condições económicas para concretizar a mobilidade residencial desejada e nutrido desgosto pelo seu contexto ecológico de residência, reproduzem um estilo de vida tendencialmente circunscrito à sua habitação, sem que dele façam parte vivências, interacções e/ou projectos ligados ao bairro.

Tudo parece aliás apontar para este último cenário. Daqueles que manifestaram sentir desejo de saída, a maioria revelou não poder prosseguir-lo por incapacidade económica¹⁹. Um outro dado pode indiciar tal situação, é o facto de a casa ser, para a maioria dos sujeitos entrevistados o espaço privilegiado para usufruto dos tempos libertos. Quando assim não o é, são outros espaços que não o bairro.

Estamos, pois, face a cenários em que a promoção habitacional pública tem revelado dificuldades no papel de promover uma interacção social sem ruído. É lícito, então, que se lance a interrogação sobre tais dificuldades. Deve-se ao tipo de promoção ou decorre de particularidades que as populações-alvo do estudo transportam? Importa reflectir sobre algumas dessas marcas.

¹⁸ São globalmente minoritários (8.4%) os sujeitos que adiantam motivos pessoais para o desejo de mobilidade futura.

¹⁹ Estes são os sujeitos que foram categorizados como tendo “médias perspectivas de saída”, ou seja, indivíduos que nutrem vontade de saída, mas que afirmam sentir-se condicionados a uma atitude passiva por incapacidade económica. Os sujeitos que nutrem desejo de mobilidade residencial e que desenvolvem esforços no sentido de alterar a sua situação residencial actual, configurando uma atitude pró-activa, foram categorizados com tendo “elevadas perspectivas de saída”.

Perfis sócio-demográficos: ajustamentos e dissonâncias

A tipificação das características individuais e do quadro familiar das populações estudadas permite fazer ressaltar uma diferenciação clara entre os dois *grupos* em presença - africanos e ciganos - que parece traduzir-se na emergência de modelos próprios de aproximação/ ajustamento ao grupo maioritário.

Os modos de inserção escolar e profissional da população de origem *africana* revelam uma aproximação às normas, padrões e valores correntes na sociedade portuguesa, embora caracterizando-se por uma menor capacidade de concretização dos objectivos (níveis de escolaridade mais baixos, taxas de desemprego superiores, maiores níveis de privação²⁰). O investimento destas famílias no aumento da escolaridade das gerações mais jovens, visando a concretização da escolaridade obrigatória, revela igualmente uma adesão às regras estabelecidas. O próprio perfil profissional dos indivíduos não se insere em qualquer modelo alternativo ao dominante, mas, pelo contrário, reflecte um posicionamento claramente desfavorecido no contexto deste modelo.

É ao nível das estruturas familiares que se regista uma maior dissonância relativamente aos padrões dominantes, que parece poder explicar-se para além da existência de modelos culturais próprios, pela presença de trajectórias migratórias potencialmente desestruturadoras dos mesmos. Simultaneamente, a persistência destes padrões alternativos constitui uma estratégia de resistência às situações de precariedade e de falta de alternativas com que se vêm confrontadas estas populações, nomeadamente no que se refere à componente habitacional e de gestão das necessidades (sobretudo em relação à activação das solidariedades familiares como estratégia de resistência à privação, seja ela a ausência de habitação ou as necessidades do quotidiano).

No que se refere à população *cigana* as estratégias e os objectivos com vista à sua inserção escolar e profissional apontam no sentido de uma maior marginalização e de uma não adesão aos valores e normas correntes, pelo não reconhecimento da sua utilidade e pela reivindicação de um espaço próprio de consolidação da sua identidade colectiva, não compatível com determinados modelos aparentemente inócuos de integração social. É neste contexto que deverão ser reflectidas as estratégias de (não) investimento em áreas como a escola, a persistência de padrões de inserção profissional, aparentemente mais instáveis (e menos controláveis por parte da maioria) e menos integradores ou até a presença de modelos alternativos de organização e gestão familiar. Refiram-se entre outros: o facto do aumento do nível de escolaridade das gerações mais jovens se traduzir numa tentativa de concretização de objectivos de natureza instrumental - reconhecidos como úteis no interior do próprio grupo - como seja a conclusão do nível de escolaridade suficiente para a obtenção da carta de condução; a predominância do trabalho por conta própria; e a mobilização das solidariedades familiares e de vizinhança como principal estratégia de gestão da privação²⁰.

²⁰ Também a este nível africanos e ciganos apresentam comportamentos, de alguma forma, dissonantes: os primeiros gerindo de forma, sobretudo, passiva ("remediando-se"), reforçando, pois, a situação de privação; e, os segundos, mobilizando activamente as suas redes de solidariedade, nomeadamente o apoio de familiares ou vizinhos.

Esta diversidade de estratégias e de modelos de ajustamento/aproximação à sociedade de acolhimento, não deverá contudo fazer-nos esquecer o facto de nos encontrarmos perante populações que, na sua maioria, se encontram em situação evidente de exclusão, perante populações fragilizadas do ponto de vista da gestão das suas necessidades quotidianas, realidades que se constituem como fortemente estruturadoras das possibilidades de integração social destas comunidades.

Percursos migratórios com contornos de complexidade de vária ordem contribuem, em muitas destas famílias, para acentuar essas dificuldades de integração. E é exactamente essa complexidade, em conjunto com a multiplicidade de experiências migratórias, que faz com que a tarefa de abordar questões relativas a trajectórias de migração se afigure, desde logo, uma tarefa complexa, como veremos no ponto seguinte.

Percursos Migratórios: a pluralidade de experiências

De facto, ao falar-se de trajectórias de emigração de indivíduos africanos oriundos dos PALOP para Portugal corre-se o risco de se agregar uma diversidade de situações que, muitas vezes, apenas têm em comum o continente de origem e o país de destino e que tornam aquela expressão apenas aceitável enquanto enunciado inicial. Épocas diferentes de migração têm configurado correntes migratórias diferentes e motivos para emigrar também eles diferentes.

Uma migração de natureza mais laboral e económica tem predominado na imigração cabo-verdiana, desde os primeiros contingentes vindos para Portugal ainda antes de 1974 até ao presente. Migração caracterizada pela partida do homem em primeiro lugar, tendo evoluído, na segunda metade da década de 80 e a década de 90 para uma recomposição de uma boa parte destas famílias cabo-verdianas.

Guineenses e são-tomenses têm também engrossado a migração de natureza económica, embora a sua chegada com maior intensidade seja relativamente recente, pelo que a recomposição familiar está menos consolidada. Entre os inquiridos destas duas proveniências, nomeadamente entre os são-tomenses, tem também forte peso a migração por motivos de estudo/saúde.

Por outro lado, moçambicanos e angolanos deixaram os seus países principalmente numa migração de refugiados, tendo como objectivo a fuga à guerra e/ou à desestabilização subsequente ao processo de descolonização, o que reflecte o passado recente, num caso, e mesmo a actualidade, noutro caso, destes dois países. Migração esta que coincidiu no tempo, nomeadamente, nos dez anos seguintes à independência daqueles países africanos.

As imigrações mais antigas, mas não apenas estas, produziram já um outro tipo de situação: a dos luso-africanos²¹. Já nascidos em Portugal ou tendo para cá vindo muito

²¹ Autores como Fernando Luís Machado propõem a substituição do termo “imigrantes de segunda geração” pelo de “novos luso-africanos”. Trata-se de uma geração constituída pelos filhos de imigrantes que já não conheceram uma trajectória de emigração, podendo alargar o conceito àqueles que, não tendo nascido em território nacional, foram socializados no quadro da sociedade de acolhimento (cerca de 70% dos jovens “luso-africanos” entrevistados veio para Portugal com menos de 14 anos), tem-se um conjunto de jovens que, maioritariamente, não tem planos de

novos, sentem Portugal como o seu país e são indivíduos para os quais o continente africano é, seguramente, uma referência diferente da que é para os seus pais. Terão, por isso, expectativas diferentes em relação a um possível regresso ao país de origem, país esse que, em muitos casos, é apenas o dos progenitores e não o seu.

A compreensão das expectativas de retorno dos indivíduos passa, inevitavelmente, pela sua trajectória. Residir em alojamento clássico, ter empreendido a migração com a família nuclear e o ter emigrado como fuga a uma situação de guerra/na sequência do processo de descolonização são factores que parecem fazer diminuir de forma acentuada a probabilidade de o indivíduo ter planos de retorno à sua terra de origem. Por outro lado, essa probabilidade é maior entre aqueles que residem em alojamento degradado, que vieram para Portugal sozinhos, e em busca de melhores condições de vida.

Aqueles que emigraram por motivos de saúde são os que mais expressam incerteza face ao retorno, fazendo o regresso depender, principalmente, como seria de esperar, do seu estado de saúde ou do estado de saúde de um familiar. São indivíduos que parecem oscilar entre o desejo de regresso a uma terra que é a sua e da qual foram "forçados" a sair, e a não resolução, por parte do país de origem, do factor que os fez sair, traduzido na não satisfação das suas necessidades, neste caso no que se refere a cuidados de saúde adequados.

Entre os que apontam motivos de estudo é diminuta a percentagem dos que fazem o seu regresso depender de alguma condição. Manifestam, pois, uma posição mais convicta em termos de planos de retorno, assente, talvez, num mais fácil assumir de que o país de origem pode ou não absorver no seu mercado de trabalho as competências por eles entretanto adquiridas.

Seja como for, a maioria dos inquiridos afirma não ter planos de retorno, apresentando como principal razão para isso a habituação/preferir o modo de vida em Portugal, sendo a referência à possibilidade de melhores condições de vida o segundo motivo mais assinalado. Este reflecte um reconhecimento da existência em Portugal de algo que permite a melhoria das condições objectivas de vida, como o trabalho, remunerações mais elevadas, ou melhores cuidados de saúde; a primeira reflecte uma resposta mais abrangente, situada, talvez, ao nível dos modos de vida, passando, pois, além do reconhecimento de melhorias objectivas ao nível das condições de vida.

Não integrados na sociedade de acolhimento em termos habitacionais, aos que residem em habitação degradada parece ser mais difícil uma identificação ao nível dos modos de vida, algo que também se verifica entre os que vieram por motivos de estudo/saúde, cuja migração encerrava, desde logo, a procura de uma melhoria nesses campos específicos das condições de vida.

regresso para o seu país de origem (ou país de origem de seus pais), sendo a razão mais referida, para tal, uma identificação com Portugal.

O tempo de permanência em Portugal parece ser, uma vez mais, uma variável explicativa importante. Uma migração mais antiga parece poder criar as condições para que o indivíduo passe a preferir a vida em Portugal ou, pelo menos, a habituar-se a ela. É, pois, entre as migrações mais recentes - guineenses e são-tomenses - que isso menos se passa, o que reflecte também a sua migração de natureza mais económica, mais tendente à procura de melhores condições de vida.

Perante o que foi dito teremos, pois, que proceder a uma distinção essencial. Se, como vimos, há factores que originam um desejo de permanência em Portugal, expresso através da não delineação de planos de retorno, eles poderão não representar qualquer novidade em relação ao que fez os indivíduos tomar a decisão de emigrar. Sem dúvida que determinados factores, como a habitação de que se dispõe e a presença ou a ausência da família terão uma contribuição decisiva para o processo de integração na sociedade portuguesa, mas não serão, por si só, garante dessa integração.

Um outro factor que pesa no desejo de permanência é, sem dúvida, a constituição de redes de suporte, que, para grande parte dos migrantes, começa logo à chegada.

Redes de Suporte: da informalidade à instrumentalização

Independentemente do motivo pelo qual decidiram sair dos seus locais de origem, houve dificuldades a enfrentar à chegada, sobretudo ao nível da habitação, dificuldade esta que, poder-se-ia arriscar dizer, não foi nunca ou quase nunca totalmente resolvida em termos “convencionais”, como se pode comprovar pela inserção habitacional presente ou a que a antecedeu.

Na sua esmagadora maioria puderam, porém, contar com algum tipo de apoio, fosse ele informal, providenciado por familiares ou amigos; formal, da responsabilidade de instituições públicas ou privadas; ou mesmo aliando estes dois tipos de apoio.

E se o apoio formal parece ser, ou ter sido, o que mais facilitou auxílio aos indivíduos em termos de alojamento e de alimentação, o apoio informal parece ser capaz de maior abrangência, ajudando mais facilmente à integração do indivíduo na sociedade de acolhimento.

O apoio de natureza formal parece, além do mais, ter tido o seu tempo, actuando durante a década de 70, perdendo importância na década de 80 e desaparecendo na década de 90, “cedendo” o seu lugar a um apoio informal, crescentemente importante para as novas vagas de emigrantes, cujo caminho está(va) mais desbravado neste aspecto do que o dos seus predecessores, através da constituição de redes de suporte facilitadas pela existência de correntes migratórias para Portugal.

Mas se a questão do apoio à chegada se coloca àqueles que encetaram um processo migratório, concretamente à população africana, em termos presentes o accionar de mecanismos de apoio não é, como é óbvio, específico desta população, nem sequer de populações que genericamente podemos designar de excluídas.

Contudo, as redes de apoio formal e informal accionadas pelos grupos em estudo apresentam algumas características representativas de modos de vida inseridos em processos de exclusão social.

Conquanto existam características diferenciadoras dos dois grupos analisados - indivíduos de origem africana e cigana - no que respeita ao recurso às redes de apoio. Existem pontos onde as estratégias de ambos os grupos convergem, de forma mais ou menos acentuada, segundo as necessidades em questão. De facto, ambos os grupos recorrem à família, vizinhos e amigos em geral quando se trata de resolverem problemas económicos, tomar conta dos filhos, ou solucionar problemas relacionados com a habitação.

Por outro lado, no que se refere à resolução de problemas no âmbito da saúde, ambos os grupos recorrem mais aos apoios formais, situação essa que não é de todo estranha, visto tratar-se de uma área pautada por mecanismos de ordem formal, públicos ou privados.

É no caso dos pedidos de ajuda quando os filhos ou o próprio têm/tem problemas na escola e na procura de emprego que as estratégias divergem. O facto de boa parte dos africanos manifestar a resolução destes problemas por iniciativa própria, e de ser recorrente entre os ciganos o afirmar não necessitar de ajuda, parece remeter para atitudes diferenciadas face a duas áreas potenciadoras de integração como são a educação e o emprego/mercado de trabalho, mas que podem reflectir situações de precariedade algo semelhantes.

A atitude manifestada pelos africanos, eventualmente configuradora de uma maior autonomia e independência, parece revelar um maior investimento na escola, mas pode também revelar a falta de alternativas, restando a estes indivíduos tentar por si próprios a resolução dos problemas. Por outro lado, a atitude da população cigana - afirmando não necessitar de ajuda - tendo em conta, nomeadamente, as suas performances escolares, parece remeter para uma estratégia de não investimento, decorrente da pouca relevância atribuída à escola e que configura, no limite, uma atitude auto-exclusiva por parte destes indivíduos.

Da mesma forma, a inserção laboral dos dois grupos pode ajudar a explicar tais atitudes. A integração de parte significativa dos indivíduos de origem africana em sectores que se caracterizam pela predominância de formas atípicas e subterrâneas de trabalho, como a construção civil e as limpezas, leva a que a iniciativa própria ou o apoio informal sejam os caminhos privilegiados para a resolução de problemas. A população cigana, por seu turno, quase sempre trabalhando por conta própria e enquadrada numa rede familiar de suporte que engloba a actividade profissional, encara o trabalho como uma condição para a subsistência e não como um objectivo idealizado de vida, pelo que a necessidade de ajuda em termos de trabalho tem um grau de relativização bastante elevado.

No que concerne aos pedidos direccionados a serviços ou instituições, os ciganos manifestam ter um comportamento mais dependente deste tipo de ajuda, recorrendo, com alguma frequência, às instituições para resolver questões que se prendam,

sobretudo, com a sua subsistência. A percentagem elevada de indivíduos deste grupo que afirma ter recebido ajudas monetárias/ajuda no âmbito do Rendimento Mínimo Garantido vem confirmar esta situação.

Os africanos, de um modo geral, parecem estar mais satisfeitos com as ajudas formais recebidas, encarando os apoios de carácter institucional como algo que os pode ajudar a ultrapassar um período mais conturbado da sua existência e percebendo o seu futuro com mais optimismo.

Em oposição, o grupo cigano manifesta uma maior insatisfação face aos apoios formais e encara o futuro sem assistência com resignação/conformismo ou mesmo passando por uma situação de privação. Estão, por outro lado, mais determinados a desencadear os mecanismos necessários de forma a usufruírem, em pleno, das regalias, subsídios e afins a que, supostamente, têm direito, demonstrando uma maior capacidade reivindicativa.

Enquanto indicadores de necessidades diversas e de estratégias relacionais alternativas que os sujeitos accionam para solucionarem situações mais ou menos conjunturais de carência, tais dados remetem para a tipologia sugerida por Serge Paugam (1991), que diferencia os "pobres envergonhados" (os africanos) dos "pobres habituados" (os ciganos)²².

Todavia, e apesar das suas especificidades, africanos e ciganos partilham uma condição de minoria para a qual concorrem a situação de desvantagem social em que grande parte dos indivíduos daqueles grupos se encontra, o seu fraco acesso ao exercício do poder, e a quase ausência de prestígio social por relação à sociedade envolvente.

Inserção Escolar e Emprego: experiências diferentes de uma precariedade comum

Para esta desvantagem social contribui, em larga medida e antes de mais, uma inserção precária no sistema de ensino, comumente entendido como eixo estruturador fundamental na vida dos indivíduos e, conseqüentemente, como uma forma privilegiada de preparar o futuro em sociedades onde a educação, a formação e a informação assumem papéis cada vez mais preponderantes. Essa inserção precária manifesta-se, desde logo, no facto de a população-alvo do estudo revelar níveis de instrução mais baixos do que a generalidade da população portuguesa, pese embora uma tendência generalizada para um aumento dos níveis de escolarização dos jovens africanos e ciganos, comparativamente às gerações mais velhas.

Se o processo de democratização do ensino em Portugal parece, pois, ter surtido efeitos positivos no acesso destes grupos ao sistema, o mesmo parece não ter sucedido no que se refere ao sucesso escolar destes indivíduos. O facto de 46% dos jovens, com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, terem saído da escola sem cumprirem os 9 anos de escolaridade obrigatória, é um indicador revelador (da gravidade) do insucesso do próprio sistema.

²² Deve-se, porém, salientar que tal associação é da responsabilidade dos autores do presente artigo e decorrente da análise específica realizada, pelo que só deve ser entendida nesse contexto.

Se os números do abandono escolar precoce são claramente indicadores do desempenho do sistema educativo, elucidativos são igualmente os motivos apontados pelos jovens para justificar esse abandono.

Jovens ciganos e “novos luso – africanos” partilham as mesmas razões para explicar o seu abandono. Em primeiro lugar, surge o descrédito e desmotivação face à escola, em segundo, a necessidade de iniciar uma vida activa. Não deixa de ser interessante a comparação entre as razões evocadas por jovens e adultos, explicando a sua saída do sistema educativo. O desinteresse e desmotivação pela escola cresce no seio dos jovens, e se as questões ligadas à necessidade de começar a trabalhar (maioritárias entre os mais velhos) continuam a ser importantes para os mais novos, deixam, contudo, de ser a razão principal para deixar a escola. Ou seja, actualmente, às necessidades económicas e de participação na vida activa, como meio de sustentação da família, sobrepõe-se o modo de funcionamento do sistema de ensino com a sua incapacidade de incluir e atrair.

A importância dos factores de natureza cultural diminui entre os jovens ciganos, fazendo crer uma crescente abertura da população cigana face ao sistema educativo e um maior reconhecimento, por parte desta, da importância de uma formação escolar.

Ainda assim as diferenças entre africanos e ciganos são muito acentuadas. Enquanto os primeiros se aproximam dos portugueses não ciganos, apostando num prolongamento da sua escolaridade, a população cigana afasta-se muito dos padrões escolares dominantes, procurando alcançar apenas o mínimo que consideram indispensável.

Esse afastamento é bem evidenciado nos elevados níveis de abandono precoce da escola por parte das jovens ciganas. Razões de ordem familiar surgem agora como motivo principal para a saída da escola, nomeadamente as responsabilidades para com elementos da família de origem.

Entre os africanos são os rapazes que mais cedo abandonam a escola, atingindo níveis de escolaridade mais baixos do que as raparigas. Este padrão embora acompanhe a sociedade portuguesa, diferencia-se na intensidade, muito em particular em relação aos jovens. Neste facto radica parte dos problemas associados a este segmento da população e permite antecipar que as jovens, apesar das dificuldades que muitas atravessam, nomeadamente a maternidade precoce, apresentam um percurso individual de maior ajustamento social.

Se, em termos de inserção escolar, as fragilidades se fazem sentir em ambos os grupos analisados, embora com contornos diferenciados, o mesmo é verdade ao nível da sua inserção no mercado de trabalho.

As diferenças que hoje marcam o mundo do trabalho de africanos e ciganos continuam a ser reveladoras das estratégias e contingências de inserção que os primeiros vivem e da permanência histórica que ainda marca os segundos.

Os primeiros trabalham, quase na totalidade, por conta de outrem, predominando as profissões indiferenciadas, em que os vínculos precários têm grande peso, sobretudo os

que habitam em bairros de “barracas” mas, apesar de tudo, procurando assegurar uma relação com o sistema de segurança social.

Na população cigana predomina o trabalho por conta de própria, embora surjam pequenas franjas a trabalhar por conta de outrem, a precariedade vivida decorre das contingências de um mercado informal em recessão.

Trajectórias Identitárias: da adesão identitária relativa ao estado de dissociação

Os grupos-alvo deste estudo caracterizam-se não só pela sua condição de desvantagem económica e social face à maioria, mas também pela referência a *colectividades históricas* específicas. O carácter de reciprocidade e aceitação mútuas entre grupos sociais em situação de co-presença é usualmente assinalado como fundamental à integração destes grupos e à coesão social mais alargada, sejam eles de origens sociais e culturais diversas ou não.

A identidade social enquanto “organizador” da vida pessoal e social dos indivíduos e, sobretudo, dos grupos sociais indicia e reflecte trajectórias individuais e sociais dos sujeitos, constituindo sinais sobre as suas condutas de ajustamento ou desajustamento social. Os estudos sobre as relações inter-grupais e sobre os mecanismos de formação de identidade social, revelam que a formação de uma *identidade social positiva* em relação ao grupo de pertença e deste em relação aos demais grupos afigura-se fundamental à existência do grupo. Contudo, a reprodução de uma *identidade social positiva* não gera por si só reciprocidade inter-grupal. É preciso que haja aceitação, abertura e tolerância na relação com o exogrupo (grupo maioritário).

Os posicionamentos identitários dos grupos em análise, foram feitos a partir da valoração positiva ou negativa dos sujeitos ao atribuírem significados a valores, atitudes, práticas e comportamentos do endo e do exogrupo²³. Do confronto entre estas duas avaliações resultou a construção de uma tipologia identitária, inspirada na proposta de Nimmi Hutnik (1991), aqui ajustada às idiossincrasias das populações-alvo consideradas (africanos e ciganos).

Resultaram, então, seis tipos identitários: a. adesão identitária relativa; b. adesão identitária absoluta; c. estado de dissociação; d. isolamento social ; e. desejo de aculturação²⁴ e f. trajecto identitário indefinido e/ou sem possibilidade de identificação.

A *adesão identitária relativa* significa a adesão simultânea a valores, normas e regras dos dois grupos (endo e exogrupo) podendo ser visualizada, ainda que teoricamente, uma forma *ideal* de integração social. Essa integração é facilitada na medida em que os

²³ Os sujeitos posicionaram-se face a 12 grandes domínios temáticos a saber: trabalho e situação face ao trabalho; processos de socialização/educação na escola e em família; casamento e conjugalidade; família; redes de solidariedade; poupança e perspectivas de futuro; estilo de relacionamento interpessoal; festas/comemorações e modos de convivência; comportamentos tidos como desviantes; dimensão inter-geracional/2ª geração; adjectivação e outras referências (tema residual).

²⁴ Esta categoria foi criada no decurso da análise empírica das questões que compunham a criação do modelo identitário, não fazendo parte da proposta teórica de Nimmi Hutnik (1991). Essa proposta remete, também, para outra terminologia – aculturação, assimilação, dissociação, marginalização- correspondendo no âmbito deste trabalho ao designado em a., b., c., e d. respectivamente.

sujeitos retêm e reorganizam ícones identitários dos dois grupos, produzindo novas ou retrabalhando antigas categorias, num processo renovado de construção identitária (Gaertner et al., 1993).

O *desejo de aculturação* resulta de uma avaliação positiva que os sujeitos fazem do seu próprio grupo e de uma avaliação neutra face ao grupo dos “outros”. Ao tentarmos compreender essa neutralidade, por forma a direccionar o sentido da anterior avaliação (em positivo ou negativo), foi possível classificar as respostas numa nova categoria sempre que era expresso uma proximidade social em relação aos portugueses (simultaneamente sem origem africana e cigana). Optou-se, então, pela criação deste tipo identitário, na medida em que ele reflecte uma aproximação ao exogrupo e uma identidade positiva face ao endogrupo que, em conjunto, indiciam uma trajectória de ajustamento social. Este tipo identitário só revelou correspondência empírica relativamente à população cigana.

A *adesão identitária absoluta* expressa, simultaneamente, um corte com o grupo de origem etno-nacional ou étnico e uma forte identificação ao grupo maioritário/sociedade de acolhimento. Neste caso, os sujeitos afirmam pertencer e têm gosto em pertencer apenas ao exogrupo, reflectindo uma imagem globalmente negativa do grupo de origem. Apesar da negatividade face ao endogrupo, as estratégias ditas de assimilação representam, do ponto de vista da sociedade de acolhimento, uma forma de integração social, ainda que não a ideal.

Os quadrantes do desajustamento social são, evidentemente, compostos pelos dois tipos identitários remanescentes: o *isolamento social* e o *estado de dissociação*. No primeiro, os sujeitos veiculam representações negativas sobre ambos os grupos, expressando, assim, o seu desgosto quer em relação ao seu próprio grupo, quer ao grupo maioritário/sociedade de acolhimento.

Ao contrário do tipo anterior, o *estado de dissociação* apresenta ainda ícones identitários positivos, por referência ao próprio grupo. Neste caso, os sujeitos evidenciam uma forte e positiva identificação ao grupo de origem, mas expressam claramente o seu desgosto, ou talvez as suas dificuldades, na assunção de um projecto de adesão a características identitárias do exogrupo.

As trajectórias identitárias de africanos e ciganos são marcadas pela existência de uma dicotomia entre a *adesão identitária relativa* e o *estado de dissociação*²⁵. Este dado remete-nos para uma questão a que é preciso estar atento, na medida em que ela traduz um oscilar entre ajustamento e desajustamento social. A pergunta que inevitavelmente se coloca gira em torno de como será possível minimizar os riscos que o *estado de dissociação* acarreta, auxiliando os sujeitos numa aproximação ao exogrupo.

O facto de grande parte dos *estados de dissociação* se encontrarem nos africanos e nos ciganos (homens) de Lisboa a residir em bairros de realojamento, indicia que a

²⁵ A *adesão identitária relativa* surge como a estratégia dominante (47.1%), seguida do *estado de dissociação* (33.7%).

promoção habitacional não auxiliou, pelo menos para estes casos, uma aproximação ao exogrupo.

Os dados revelam uma baixa prevalência de *isolamento social* que, podendo constituir um bom indício no sentido da integração social, devem porém ser relativizados, na medida que estamos confrontados com um número significativo de pessoas em *estado de dissociação*.

Em termos de risco de desajustamento social, coloca-se a hipótese do *estado de dissociação* apresentar um risco social mais marcante, na medida em que traduz um afastamento claro em relação ao grupo maioritário/sociedade de acolhimento e um fechamento no seu grupo ou micro-grupo de referência.

Uma outra situação, encontrada em núcleos de etnia cigana, remete para a tensão entre a prevalência do grupo, seus valores e normas, e a vontade e desejos dos sujeitos enquanto indivíduos. A atitude assumida, por algumas mulheres e jovens, de querer agir na direcção de uma maior flexibilização e transformação de algumas dessas normas e costumes do grupo, em parâmetros tão estruturadores como o casamento e a conjugalidade, é um exemplo dessa tensão.

Esta atitude esbarra não só com a inércia e rigidez desses quadros normativos, mas também com a autoridade que os homens, em particular os mais velhos, detêm em relação ao grupo familiar. É neste jogo entre algo que se move e a resistência à emergência de novos valores e comportamentos que se inscreve o *desejo de aculturação*.

A consonância entre os discursos dos dois grupos considerados (africanos e ciganos), em relação ao seu grupo de origem, centra-se na valoração positiva que ambos atribuem à forma como as festas e comemorações se processam, bem como a importância reconhecida ao apoio às gerações mais velhas e à solidariedade/sentido de unidade entre pares.

Os aspectos negativos salientados na avaliação do endogrupo dividem africanos e ciganos: enquanto que parte dos africanos se mostram preocupados com o comportamento da chamada *segunda geração* – tantas vezes associado a problemas de delinquência, insegurança e conflitualidade urbana – alguns entre a população cigana começam a entender o papel da escola com outros olhos, ao referirem o abandono escolar precoce como um factor de prejuízo para o seu próprio grupo.

Para finalizar, uma nota sobre a representação que estes grupos veiculam sobre o grupo maioritário/sociedade de acolhimento. Os portugueses, simultaneamente sem origem cigana e africana, são vistos como um grupo solidamente positivo em matéria de integração socio-profissional (profissões e inserções profissionais estáveis e diversidade na escolha de profissões) e de veiculação de modelos educativos de aparente sucesso (investimento nos estudos). Já na forma como se relacionam com os mais velhos a severidade da crítica não se fez esperar: abandono dos idosos em lares e pouca solidariedade entre as pessoas. A par destas críticas uma outra, não menos importante, sobressai: a componente “racista” do relacionamento dos portugueses sem origem

cigana nem africana com os grupos migrantes e/ou minoritários traduz-se num afastamento destes em relação à sociedade portuguesa em geral, considerando-a etnicamente preconceituosa e promotora de discriminação.

A Fechar: os desafios que a diversidade cultural lança

Os traços e as tendências descritas, as situações relatadas, as percepções identificadas e as expectativas geradas, constituem matéria suficientemente abundante para ilustrar o quadro de diversidade social e cultural que caracteriza actualmente a área metropolitana de Lisboa e, em menor escala, a do Porto.

Dado igualmente relevante reside no facto de nem os sujeitos de origem africana, nem os de etnia cigana formarem grupos homogéneos. Os primeiros provêm de várias nações, as quais, por seu lado, condensam uma diversidade de etnias infra-nacionais. Os segundos têm em comum o facto de se sentirem ciganos mas são diversificados pela forma como sentem, reproduzem e lidam com o sistema de valores e tradições ciganas.

Ficou também claro que as fragilidades destes indivíduos ou grupos não se esgotam na reprodução de ciclos de precariedade habitacional e de dependência do Estado para a sua resolução. Outras vulnerabilidades se interpõem e se imiscuem com a referência a *colectividades históricas* específicas, tornando o exercício de discernir sobre ‘*o que provoca o quê*’ uma missão difícil.

Sendo assim, o desafio que uma presença consolidada destas populações lança (e continuará a lançar) à sociedade portuguesa implica que a promoção pública da habitação se ancore numa política estrutural e estruturante de integração de grupos minoritários, através da qual se procure promover a igualdade de direitos e deveres dos indivíduos enquanto *cidadãos abstractos* e, simultaneamente, *indivíduos concretos*.

As democracias modernas ocidentais têm, na sua génese, a afirmação do princípio da cidadania abstracta que proclama a igualdade de direitos entre todos os cidadãos, estrangeiros ou nacionais, independentemente do que de hereditário, étnico ou religioso os possa distinguir. Viveram, durante muito tempo, na convicção de que a orientação da acção pela ‘*bitola*’ da igualdade-universalidade da cidadania acabaria por gerar um enfraquecimento dos laços e solidariedades de natureza étnica ou religiosa. Tal convicção reflectiu-se num empurrão dos particularismos para o domínio do privado.

Não será que tal princípio orientador, misturado com as tensões próprias das lógicas económicas capitalistas, cegou as sociedades modernas quanto à influência dos particularismos culturais e identitários no desenho das desigualdades sociais ?

Face a isto, será efectivamente vantajoso continuar a insistir na integração unicamente por via da cidadania abstracta, um princípio fundado na ‘*razão*’, quando dimensões do domínio do concreto e do emocional, como a consciência de pertença a uma *colectividade histórica* particular, também influenciam trajectórias individuais e/ou grupais de inclusão ou exclusão sociais ?

Se assim é, não deverão os Estados intervir por forma a amenizar eventuais exclusões decorrentes do *'marcador étnico'* ? Até onde deverá ir uma intervenção desta natureza ?

Os debates sobre esta problemática têm oposto defensores de uma viragem na direcção de uma política multicultural²⁶ e interlocutores fieis à continuidade da política de integração *dita* clássica²⁷.

Os primeiros ancoram a sua postura na assunção de que a igualdade efectiva entre cidadãos de uma mesma nação não deve ser procurada somente por um esforço de igualização dos direitos e oportunidades entre cidadãos abstractos, mas também pelo reconhecimento do que de particular os define. Se a diversidade cultural é uma realidade, esta deve ser gerida por uma política de reconhecimento, em detrimento de uma política de omissão.

Uma política universalista, fundada na cidadania abstracta, comporta os seus riscos. Para além de poder manter-se cega às influências que o *'marcador étnico'* pode exercer no desenho das desigualdades sociais, arrisca-se a cair numa espécie de assimilacionismo em prol da coesão nacional.

Se, mediante a consciencialização de tais insuficiências, a opção é por uma política multicultural, uma série de interrogações emergem. Como conciliar o reconhecimento das especificidades culturais ou religiosas de um determinado grupo social, sem riscos de comprometimento da liberdade e igualdade individuais? Como prevenir os riscos de *'etnização'* do espaço nacional e conseqüente fragmentação do tecido social?

Perante isto, resta-nos a constatação de que o desafio que se coloca às sociedades democráticas é o da procura do equilíbrio entre o *'cidadão abstracto'* e o *'indivíduo concreto'*, sem que um afunde o outro.

É em torno deste equilíbrio que uma terceira abordagem, mais moderada e alternativa às anteriores, se tem consolidado. Os autores que a protagonizam reconhecem que, à custa da unidade do espaço comum, não só se ignorou que a diferença é parte integrante da realidade de uma nação²⁸, como também se esqueceu que ela, por si só ou combinada com outras dimensões económico-sociais, tem alimentado desigualdades e, desta forma, contrariado os princípios sobre os quais se fundam as democracias modernas.

Não obstante este facto, convém não ignorar um outro. Fala-se aqui da contradição que poderá existir entre, por um lado, as normas e costumes de uma *colectividade histórica* particular e, por outro, os princípios da cidadania moderna. Reconhecer o que de particular define um grupo étnico ou etno-nacional não deve implicar permissividade

²⁶ A qual acabou, a título de exemplo, por ser implementada na Grã-Bretanha por volta da década de 70.

²⁷ A França, uma das *nações-berço* do paradigma clássico da cidadania moderna, é usualmente visualizada como tradicionalmente resistente a uma mudança de *bitola* e viragem na direcção de uma política multicultural. A ausência prolongada do termo *minoría étnica* dos livros e até do imaginário social francês reflecte tal tendência. No contexto francês, um estrangeiro é um cidadão imigrante e não uma minoria étnica.. Convém ainda sublinhar que a França é um país tradicionalmente preocupado com a unidade do espaço comum, do colectivo. Face a tal preocupação, reconhecer o que de particular pode unir e diferenciar um indivíduo do outro, um grupo social do outro, poderia ameaçar a coesão nacional. (Schnaper)

²⁸ Contribuindo se quisermos, para a sua definição enquanto nação concreta.

face a princípios que possam desvirtuar o que a democracia tem na sua essência – a defesa da liberdade e igualdade de direitos dos indivíduos-cidadãos, sem exceções.

Portugal é hoje um país que se confronta, cada vez mais, com um quadro de grande diversidade cultural. Não pode, por isso, deixar de procurar respostas para as perguntas que esta realidade impõe, nem deve *atrapalhar-se* na equação entre os princípios de cidadania que abraçou e a diversidade cultural que é a sua marca.

Bibliografia

AA.VV. (2000), *O Lugar do habitat num quadro de interacção entre grupos étnicos minoritários e a sociedade de acolhimento ou o grupo maioritário*, Relatório da Fase B Lisboa, GES-LNEC/CESIS

AA.VV. (2001), *Limites e Potencialidades da Promoção Pública de Habitação em Processos de Integração Sócio-Urbanística*, Relatório Final, Lisboa, GES-LNEC/CESIS

ALTO COMISSÁRIO PARA A IMIGRAÇÃO E MINORIAS (1998), *Relatório do Grupo de Trabalho para a Igualdade e Inserção dos Ciganos*, policopiado.

ANTUNES, A. (1997), *Os príncipes do nada: Contributo para o estudo de um trabalho social de reinserção de populações ciganas*, Coimbra, Edições da Associação Integrar.

ASCHER, F., (1998), *Metapolis, acerca do futuro da cidade* Oeiras, Celta Editora.

BRUTO DA COSTA, A. e PIMENTA, M. (1991) *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa - Resumo dos principais resultados da pesquisa*, Lisboa, DPS\CRC.

CARDOSO, A. PERISTA, H. (1994) - “A cidade esquecida: pobreza em bairros degradados, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 15.

CASTRO, P. e FREITAS, M.J. (1991), *Contributos para o estudo de grupos étnicos residentes na cidade de Lisboa*, ITECS 9. Lisboa, LNEC.

CLAVEL, G. (1998), *La société d'exclusion - Comprendre pour en sortir*, Paris. Éditions L'Harmattan - Collection Logiques Sociales.

COMISSÃO NACIONAL DO RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO/GABINETE TÉCNICO APOIO (1998), *Breve reflexão sobre as comunidades ciganas beneficiárias do RMG*, Lisboa, CNRMG.

CORTESÃO, L. e PINTO, F. (1995), *O Povo Cigano: Cidadãos na Sombra*, Porto, Afrontamento.

FREITAS, M.J. (1998), “Mobilizing Community Resources in Portugal”, in FREITAS, M.J., MATIAS, C., PEIXOTO, A. C., (1998), *The portuguese neighbourhood case study – Cruz da Guia (Cascais), Final draft of the National Report Social*, Lisboa, LNEC (documento interno GES).

- GAERTNER, S. L., DOVIDIO, J. F., ANASTASIO, P. A., BACHMAN, B. A. e RUST, M. C. (1993), “The common ingroup identity model: Recategorization and the reduction of intergroup bias”, *European Review of Social Psychology*, 4, 1-26.
- GIDDENS, A. (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Lisboa, Celta Editora.
- GIDDENS, A. (1999), *Agência e Estrutura*. Lisboa, Celta Editora.
- GUERRA, I. (1998), “Grupos sociais, formas de habitat e estrutura do modo de vida”; *Sociedade e Território* n°25-26/Fevereiro.
- GUERRA, I. (1994), “As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”, *Sociedade e Território*, n°20/Abril.
- GROS, M. C. (1994), “Pequena História do Alojamento Social em Portugal”, *Sociedade e Território*, n°20/Abril.
- HUTNIK, N. (1991), *Ethnic minority identity: a social psychological perspective*. Oxford, Clarendon Press.
- JANODET, L. e FERREIRA, C. (1992), *Les tsiganes et les gens du voyage dans la cité*. Paris, L’Harmattan.
- JACQUIER, C. (1990), “Les Communautés issues de l’immigration et leur insertion par le logement”, *Les Annales de la recherche urbaine*, n°49, MELATT, Paris.
- JODELET, D. (1996), “Les processus psycho-sociaux de l’exclusion”, in PAUGAM, S. (dir.) *L’exclusion: L’État des savoirs*. Paris: Éditions La Découverte.
- LIÉGEOIS, J-P. (1989), *Ciganos e Itinerantes*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- MACHADO, F.L.(1994),“Luso-Africanos em Portugal – nas margens da etnicidade”, *Dinâmicas Multiculturais: novas faces, outros olhares*. Lisboa, ICS.
- MACHADO, F.L. (1997), “Contornos e especificidades da imigração em Portugal, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n° 24.
- MALHEIROS, J. M. (1996), *Imigrantes na região de Lisboa: os anos da mudança. Imigração e Processo de Integração das Comunidades de Origem Indiana*. Lisboa, Edições Colibri.
- MILLER, N., BREWER, M. B. e EDWARDS, K. (1985), “Cooperative interaction in desegregated settings: A laboratory analog.” *Journal of Social Issues*, 41, 63-75.
- PAUGAM, S. (1991), *La disqualification sociale – Essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris, PUF.
- PEREIRA BASTOS, J.G. e S. (1999), *Portugal Multicultural*. Lisboa, Fim de Século

PEREIRA BASTOS, S. (1990), *A Comunidade Hindu na Quinta da Holandesa, Um Estudo Antropológico Sobre a Organização Sócio-Espacial da Casa*, ITECS 5, Lisboa, LNEC.

PEREIRINHA, J. (coord.) (1999), *Exclusão Social em Portugal. Estudo de situações e processos de avaliação das políticas sociais*, Lisboa, policopiado.

PERISTA, H. e PIMENTA, M. (1993), “Trajectórias profissionais e inserção laboral dos imigrantes residentes em bairros degradados de Lisboa”, *Emigração, Imigração em Portugal – Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, Lisboa, Editorial Fragmentos.

REIS, F. *et al* (1995), *Comunidade cigana na diocese de Lisboa*, Lisboa, Secretário Diocesano de Lisboa/Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos.

SAINT-MAURICE, A. (1997), *Identidades reconstruídas - caboverdianos em Portugal*. Oeiras, Celta.

SCHNAPPER, D. (1998), *La relation à l'autre, au couer de la pensée sociologique*. Editions Gallimard.

SCHNAPPER, D. (2000), *Qu'est-ce que la citoyenneté*. Paris, Editions Gallimard

SÉCHET, R. (1996), *Espaces et Pauvretés – la géographie interrogée*. Paris, L'Harmattan.

SOMERVILLE, P.(1999), “Community Development: A Rational choice Approach”, *Presented at ENHR conference in Lisbon, Portugal*.

TAJFEL, H. (1978), *The social psychology of minorities*. Minority Rights Group, London.

WILSON, W. J. (1990), *The Truly Disadvantaged, The Inner City, the Underclass, and Public Policy*, Chicago and London, The University of Chicago Press.